

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.dj@abr.com.br

Sempre eles

Davi Alcolumbre foi alertado de que, se insistisse na sabatina de Jorge Messias sem os documentos do Planalto em mãos, o caso poderia parar no Supremo Tribunal Federal. E, avaliam técnicos do Senado e políticos, Lula não costuma perder por lá.

Por falar em STF...

O centrão ficou feliz da vida com o fato de o ministro Dias Toffoli ter decretado sigilo no processo contra Daniel Vercari. Com a eleição à frente, seria ouro puro para os adversários nas redes sociais e na tevê. Especialmente, o WhatsApp.

Estanca isso aí, "talquei"?

Depois da briga pelo Ceará, onde nada ainda está resolvido dentro do PL, a determinação é avaliar estado por estado até o final do ano, a fim de evitar que a discussão pública se repita.

Investimentos travados

No ano que vem, as grandes empresas não planejam investir pesado no Brasil. É que ano eleitoral é o momento de esperar as ondas quebrarem para ver como é que fica o país depois de outubro. "A ideia é retomar os investimentos em 2027", diz o presidente da Associação Brasileira de Companhias Abertas (Abrasca).

Aprofundou a discórdia



O fato de o governo ter segurado o envio dos documentos de Jorge Messias ao Senado a fim de evitar a sabatina do Advogado Geral da União para ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) deixou o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, ainda mais irritado com o presidente Lula. Aumentou a temperatura, por causa das insinuações de que Alcolumbre só vota quando ganha algo em troca. Alguns amigos do senador amapaense repetem, reservadamente, uma frase dita lá atrás, quando Alcolumbre se lançou, pela primeira vez, presidente do Senado e venceu o todo-poderoso Renan Calheiros, do MDB de Alagoas: "Não subestimem o gordinho". À época pré-Mounjaro, Alcolumbre pesava bem mais do que hoje. Atualmente, seu peso político no Senado é bem maior. O governo que se prepare. Lula pode até conversar e tentar refazer a relação, mas essa queda-de-braço entre Executivo e Legislativo terá reflexos.

» » »

Um é pouco, dois é bom, três é demais! Lula indicou seu próprio advogado (Cristiano Zanin) e seu ministro da Justiça (Flávio Dino) para o STF, e o Senado foi fiel ao presidente da República nas duas oportunidades. É quase um consenso entre os senadores que, embora Lula tenha a prerrogativa de escolher o ministro do Supremo, era chegada a hora de o petista dar uma demonstração de apreço e agradecimento aos senadores escolhendo um dos seus pares. Lula, porém, não abriu mão da indicação. Alguém vai ter que ceder. Até aqui, nos bastidores, ninguém fala em bandeira branca.

CURTIDAS



Vai parecer provocação! Conforme o líder do governo, senador Jaques Wagner (foto), comentou, Lula "fará o que tem que fazer" em relação ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre, na próxima quarta-feira, 10 de dezembro. Ficou implícito que será um encontro entre os dois presidentes justamente no dia em que Alcolumbre havia marcado para a sabatina de Jorge Messias na Comissão de Constituição e Justiça.

Modo turbo! Prevista para hoje, a sessão do Congresso Nacional que votaria a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) ficou para amanhã. Tudo para dar tempo de aprovar a LDO na Comissão Mista de Orçamento, que não fez o dever de casa. Governistas apostam que os parlamentares farão um esforço nessas votações orçamentárias de olhos nas emendas.

O partido é o mercado! O evento da Associação Brasileira das Empresas de Capital Aberto (Abrasca) premiou vários políticos que se destacaram na defesa da indústria brasileira, numa festa suprapartidária na Casa Parlamento, do think-thank Esfera.

Agro em debate! O grupo Líderes Empresariais (Lide) e o Correio Braziliense reuniram hoje, a partir de 8h30, autoridades e especialistas em agricultura para debater a segurança jurídica no agronegócio, setor chave da economia. É o momento de projetar o futuro do setor com juristas, como o vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça, Luís Felipe Salomão.

CB.Poder Rômulo Paes, presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), detalha conexões entre crise climática, equidade, formação profissional e governança do SUS durante o maior congresso da história da entidade

Acesso à saúde como direito



O presidente da Abrasco alertou que ainda há muito por fazer no enfrentamento das mudanças do clima

» RAFAELA BOMFIM*

Democracia, equidade e justiça climática formam, hoje, um conjunto inseparável. A afirmação é do presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) Rômulo Paes, ao analisar os rumos da saúde pública no país. Em entrevista a Carlos Alexandre de Souza e Sibele Negromonte, no CB.Poder — parceria do Correio Braziliense com a TV Brasília —, ele explicou que o congresso da entidade, realizado a cada três anos, reúne pesquisadores, gestores e trabalhadores do SUS para definir prioridades a partir dos contextos políticos, sociais e ambientais. "Nós pensamos numa democracia intensa", observou, ao relacionar a garantia de direitos, a superação de déficits históricos e a necessidade de ampliar oportunidades para grupos que "tiveram seus direitos negados" e ainda convivem com barreiras estruturais. Segundo ele, a agenda ambiental passou a ocupar espaço central, devido ao agravamento de fenômenos climáticos e ao reconhecimento mais claro dos impactos na vida das populações.

Ao abordar a história da Abrasco, fundada em 1979, Paes lembrou que a organização surgiu em meio à redemocratização e acompanhou a criação do SUS. "Nós participamos intensamente desse processo de restauração democrática", disse, ressaltando que avanços das últimas décadas — como políticas de inclusão, expansão do ensino superior e diversificação de serviços — melhoraram a oferta de saúde, ainda que de forma desigual. Ele afirmou que temas como renda, educação, condições de vida, orientação sexual e variáveis ambientais definem o que chama de determinantes sociais e socioeconômicos da saúde. "Dependendo das condições em que as pessoas

vivem, nós vamos ter repercussão direta no estado de saúde", observou, citando a necessidade de pesquisas ajustadas às novas dinâmicas climáticas e sociais. Paes destacou que o SUS ampliou acesso em grandes centros e em municípios menores, mas enfrenta desafios crescentes diante de fenômenos globais que exigem coordenação e capacidade de adaptação.

Aquecimento global

A crise climática, disse ele, tem efeito imediato e desigual. "Os impactos não são apenas geográficos, eles também seguem o padrão socioeconômico", explicou, ao mencionar migrações forçadas, desorganização de comunidades e piora de indicadores físicos e mentais. Paes citou doenças infecciosas relacionadas ao aumento de vetores,

problemas respiratórios decorrentes da poluição e contaminações do solo e da água, inclusive em áreas afetadas por mineração e garimpo ilegal. "Quando você mata um rio, compromete a sobrevivência e a saúde das populações indígenas", afirmou, lembrando episódios de depressão e suicídio após os desastres de Mariana e Brumadinho. Ele mencionou ainda riscos associados à produção de commodities radioativas, pressões sobre territórios vulneráveis e a combinação entre degradação ambiental, criminalidade e ameaça à segurança de profissionais.

O presidente da Abrasco também tratou dos desafios para a formação profissional e para a governança do sistema. "O diabo mora na implementação", resumiu, ao defender mais capacitação, domínio tecnológico e coordenação intersectorial.

Ele citou situações como enchentes, deslocamentos e uso de escolas como abrigos, que exigem articulação entre segurança, educação, assistência social e saúde, com atenção a riscos como violência e doenças respiratórias ou gastrointestinais. Ao avaliar o legado da pandemia, Paes afirmou que sistemas com alta capacidade instalada, como Europa e Estados Unidos, "fracassaram rotundamente" por falta de governança. Ele destacou avanços brasileiros, especialmente produção de vacinas e telemedicina. "A necessidade de se impôr", disse, lembrando experiências como a do Complexo da Maré. Para ele, embora o país hoje esteja "melhor e mais preparado", ainda há tarefas pendentes para reagir a futuras emergências.

* Estagiária sob a supervisão de Edla Lula

Aprovada a MP do licenciamento ambiental

» VANILSON OLIVEIRA
» DANANDRA ROCHA

Passados 10 dias da 30ª Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), a Câmara dos Deputados aprovou, ontem, a Medida Provisória nº 1.308/25, que regulamenta a licença ambiental especial (LAE), que permite acelerar o licenciamento de empreendimentos definidos pelo governo como "estratégicos". O texto entra, hoje, na pauta de votações do Senado.

A proposta, segundo o relatório do deputado Zé Vitor (PL-MG), consolida um conjunto de flexibilizações no licenciamento ambiental que haviam sido vetados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O parecer, que incorporou ajustes de última hora, manteve a espinha dorsal da proposta do governo e introduziu dispositivos sensíveis, entre eles o novo parágrafo 1º do artigo 22, que obriga a licença por desenvolvimento de compromisso a fixar limites de exploração de recursos naturais conforme a capacidade de suporte do ambiente.

Ao defender a constitucionalidade do texto, Zé Vitor rejeitou dezenas de emendas classificadas como "matéria estranha" e acolheu parcialmente outras, argumentando que o documento final atende aos pressupostos de urgência e relevância da MP.

A MP inovou, ao afastar o procedimento monofásico como regra, permitindo segmentar o licenciamento em etapas, e ao exigir ELA/RIMA para a emissão da LAE — exigência mais rigorosa do que a prevista na legislação anterior. Também detalhou o passo a passo da LAE,

estabeleceu regras de tramitação eletrônica, ampliou o aproveitamento de estudos ambientais existentes e incorporou emendas que alteram a Lei nº 15.190 em temas como obras estratégicas, dragagens de manutenção e limites para aplicação da LAE.

Ao todo, 833 emendas foram apresentadas. Poucas foram acolhidas integral ou parcialmente, mas as mudanças aprovadas devem repercutir sobre obras de infraestrutura, setores produtivos e, principalmente, sobre áreas sensíveis da Amazônia.

Apesar do avanço da votação, o clima não é de consenso. O deputado Nilton Tatto (PT-SP), coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, admitiu que não está satisfeito com o relatório, mas justificou o voto favorável para evitar um cenário que considerou ainda mais danoso. Pela manhã, ele afirmou a jornalistas que, se a MP travasse e corresse risco de caducar, os vetos derrubados na semana passada poderiam retornar "com força total", abrindo espaço para flexibilizações superiores às já previstas.

Do outro lado, o deputado Tarcísio Motta (PSOL-RJ) fez um dos discursos mais duros da sessão. Contra a MP, ele acusou o Congresso de conduzir o país "rumo ao abismo" ao fragilizar o licenciamento em plena escalada de desastres climáticos. Embora seja governista, Motta criticou a estratégia do Executivo, que, segundo ele, subordina a proteção ambiental ao "tempo do capital", reduz prazos e enfraquece instrumentos essenciais para prevenção e controle. "Isso dá um certo desespero", afirmou, apontando que, além de inimigo do povo, o "Congresso é inimigo do meio ambiente".